

Anatomia da estrutura econômica dos estados brasileiros: Uma Classificação Propositiva para Compreender a Complexidade Subnacional.

Ximena Simpson¹

Resumo:

Este trabalho propõe classificar os estados brasileiros e o distrito federal em relação à sua estrutura econômica, entendendo que sua organização reflete o equilíbrio de forças entre os principais atores políticos e econômicos da sociedade da qual formam parte. Em contextos federais, onde a maior descentralização política dota as subunidades de maior autonomia político-administrativa em determinadas áreas de políticas e, em alguns casos, também fiscal, o funcionamento do estado subnacional adquire maior peso na estrutura de incentivos que afeta as decisões dos atores econômicos de se instalarem em uma determinada região. Neste artigo, argumenta-se que, para alcançar uma compreensão integral a respeito do funcionamento do estado é preciso considerar a relação entre ele e a estrutura econômica que o rodeia. Com essa perspectiva em mente, este trabalho – de perfil exploratório – busca incentivar o diálogo entre dois corpos de literatura: o da geografia econômica e o da economia política do federalismo a partir do mapeamento e classificação da estrutura econômica dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. As dimensões propostas são: 1) Peso relativo do estado na economia subnacional; 2) Fortaleza do setor privado na economia subnacional; 3) Classificação Nacional de Atividades Econômicas do Brasil (CNAE); 4) Tipo de Atividade que predomina na subunidade; 5) Perfis econômicos de cada subunidade e; 5) Grau de dispersão-centralização econômica no interior de cada estado.

Palavras Chave: estrutura econômica, federalismo, Brasil, estado subnacional.

Anatomy of the Economic Structure of Brazilian States: A Proposed Classification to Understand Subnational Complexity.

Abstract

This paper aims to classify the Brazilian states and the Federal District according to their economic structure, understanding that their organization reflects the balance of power among the main political and economic actors of the society to which they belong. In federal contexts, where greater political decentralization endows subunits with greater political-administrative autonomy in certain policy areas, and in some cases also fiscal autonomy, the functioning of the subnational state carries more weight in the incentive structure that affects the decisions of economic actors to settle in a particular region. In this article, it is argued that to achieve a comprehensive understanding of state functioning, it is necessary to consider the relationship between the state and the surrounding economic structure. With this perspective in mind, this exploratory work seeks to encourage dialogue between two bodies of literature: economic geography and the political economy of federalism, through the mapping and classification of the economic structure of the 26 Brazilian states and the Federal District. The proposed dimensions are: 1) Relative weight of the state in the subnational economy; 2) Strength of the private sector in the subnational economy; 3) Brazilian National Classification of Economic Activities (CNAE); 4) Type of activity that predominates in the subunit; 5) Economic profiles of each subunit; and 6) Degree of economic dispersion-centralization within each state.

Key words: economic structure, federalism, Brazil, subnational state.

Introdução

O interesse central do trabalho é o de contribuir ao conhecimento acerca do estado em suas diversas

¹ Instituto de Investigaciones Políticas (IIP)- CONICET/ Escuela de Política y Gobierno – UNSAM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0801-8304>

dimensões e compreender como esse estado se relaciona com a sociedade da qual faz parte. A presente pesquisa segue três premissas gerais. A primeira diz respeito a centralidade do estado como elemento ordenador da vida social. A segunda compreende o estado como sendo uma construção social, na qual sua dinâmica está embebida em um processo reflexivo entre o próprio estado e a sociedade (Migdal, 2001; Soifer, 2008; Agnew & Mantegna, 2018). Por último, busca chamar a atenção para a importância não só metodológica, mas empírica, de estudar, principalmente em contextos federais, a configuração dos estados subnacionais para uma compreensão mais completa da dinâmica do estado nacional como um todo. Seguindo essas premissas, este artigo propõe observar um fator crucial: a estrutura econômica das subunidades em estados federais.

A geografia econômica como disciplina busca explicar o porquê de as atividades econômicas optarem por se estabelecer em determinados lugares e não em outros, com o resultado de que em alguns lugares umas têm mais sucesso que outras. Há consenso entre os estudiosos da área de que a geografia econômica ou economia espacial pode ser considerada como o produto de um *trade-off* entre a capacidade de escala das economias na produção e o custo da mobilidade de bens, pessoas e informação (Thisse, 2011). Isto sugere que a localização das atividades econômicas, sua concentração ou diversificação, é o resultado de um complexo equilíbrio de forças que refletem a dinâmica das relações político-sociais, com consequências institucionais, que conformam uma determinada região (Agnew e Mantegna, 2018).

Não obstante, se bem é cabível supor que, em contextos federais, onde a maior descentralização política dota as subunidades de maior autonomia político-administrativa em determinadas áreas de políticas e, em alguns casos, também fiscal, o funcionamento do estado subnacional adquira peso na estrutura de incentivos que afeta as decisões dos atores econômicos de se instalarem em uma determinada região.

Neste artigo, argumenta-se então que, para alcançar uma compreensão integral a respeito do funcionamento do estado é preciso considerar a relação entre ele e a estrutura econômica que o rodeia. Com essa perspectiva em mente, este trabalho – de perfil exploratório e descritivo – busca incentivar o diálogo entre dois corpos de literatura que, tradicionalmente, caminham separadamente: o da geografia econômica e o da economia política do federalismo a partir do mapeamento e caracterização da estrutura

econômica dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Contudo, é preciso assinalar, este trabalho é ainda um ponta pé inicial. Seu objetivo é contribuir para o fortalecimento de agendas futuras de pesquisa vinculadas à análise da imbricação entre economia e política subnacional.

A escolha do caso brasileiro se dá pelas seguintes razões: o Brasil apresenta importantes graus de diversificação econômica e uma estrutura federal que, se bem centraliza a formulação das principais áreas de política pública no governo nacional, as subunidades (estados) e os governos locais (municípios) são responsáveis pela sua implementação e, em alguns casos, pela sua regulação. Por sua vez, estados e municípios detêm poder decisório sobre o valor dos impostos estaduais ou locais. Por último, mas não menos importante, comparativamente com as principais federações da América Latina, como a Argentina e o México, o Brasil apresenta diferenças significativas em relação à autonomia municipal. No Brasil, a Constituição de 1988 concedeu aos governos municipais o status federal em pé de igualdade com os governos subnacionais e o governo central. No caso argentino, a reforma constitucional descentralizadora de 1994 não alterou a prerrogativa provincial no que tange às decisões sobre a autonomia local. No México, por sua vez, apesar do município ser explicitamente considerado um *governo livre* (autônomo) pela reforma Constitucional de 1999, a extensão da sua autonomia ainda é uma questão em debate (Oropeza, 2004).

O artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção expõe a discussão teórica que dá sustento à classificação proposta e são apresentadas as dimensões de análise empregadas para caracterizar os estados brasileiros de acordo com sua estrutura econômica. A terceira seção apresenta e analisa a classificação dos 26 estados e do Distrito Federal. A última seção expõe as conclusões e sugere algumas linhas de pesquisa.

Problema de Pesquisa e Dimensões

Este trabalho propõe classificar os estados brasileiros em relação com a sua estrutura econômica, entendendo que sua organização é o reflexo de um equilíbrio de forças entre os principais atores políticos e econômicos da sociedade da qual formam parte. No entanto, em contextos federais, onde estados subnacionais detêm maior ou menor autonomia em diferentes áreas de políticas públicas, surgem sistemas interligados de incentivos, com possíveis

impactos nas condições de desenvolvimento de cada região (Aguirre e LoVuolo, 2013; Schneider, 2009; Hall e Soskice, 2001; Cepal, 2012; Constantino, 2013). Por isso, caracterizar a estrutura subnacional dos setores econômicos e seus principais atributos é uma oportunidade para pensar novas formas de políticas públicas que apontem ao desenvolvimento intertemporal, articulado e equitativo do país como um todo.

Conhecer a relação entre a estrutura econômica e os atores políticos inseridos no processo decisório de uma determinada região, por exemplo, pode ser útil para entender mais profundamente as políticas de desenvolvimento adotadas e seus padrões de industrialização (Carvalho e Kupfer, 2011). A decisão de um governo entre implementar políticas de incentivo à especialização econômica ou incentivar um processo de diversificação da indústria, não pode ser analisada sem levar em consideração os interesses dos atores envolvidos na negociação, quer dizer, os setores econômicos e políticos chave em um dado contexto geográfico.

Com essa ideia em mente, este trabalho toma como ponto de partida o trabalho de Behrend e Bianchi (2017) que analisa o caso argentino. Os autores chamam a atenção para a necessidade de avançar em pesquisas subnacionais que vão além da análise do peso das transferências fiscais intergovernamentais para explicar a variação nos seus níveis de desenvolvimento. Apontam para uma maior complexidade estrutural que diz respeito a imbricação entre a estrutura política e a produtiva para uma compreensão mais completa da relação entre estado e sociedade. O trabalho citado propõe 3 variáveis de análise: 1. Fortaleza do setor privado na economia subnacional; 2. O peso relativo do estado subnacional na economia e; 3. O tipo de atividade econômica predominante na região: extrativa, agricultura extensiva, pequena produção agropecuária, indústria e setor de serviços. A partir dessas três variáveis e de seus indicadores, os autores caracterizam as 23 províncias e a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) de acordo aos seus perfis produtivos.

Os autores argumentam que as variáveis propostas explicam o surgimento de diferentes tipos de elites políticas e econômicas que atuam de acordo com as seguintes premissas: Por um lado, se a elite política considerar que um dado tipo de desenvolvimento econômico pode ser uma ameaça a sua posição privilegiada, tenderá a bloquear processos de diversificação econômica. Por outro, conhecer o perfil produtivo das subunidades nos dá informação sobre a quantidade de recursos que os diferentes atores so-

ciais – políticos e econômicos - têm à sua disposição para mobilizar apoios, cooptar terceiros ou impor os seus interesses à sociedade.

Tendo como estímulo o trabalho supracitado, este trabalho tem como objetivo caracterizar os estados subnacionais brasileiros em relação a sua estrutura econômica subnacional. No entanto, o Brasil, inclusive devido a sua dimensão e sua formação histórica (Furtado, 1985), apresenta não só uma maior diversificação em termos de atores econômicos presentes nos estados, como também uma estrutura burocrático-administrativa diferente, que segue os mesmos padrões nos três níveis de governo (nacional, subnacional e local). Na Argentina, como as províncias têm autonomia em relação a organização de suas estruturas políticas, administrativas e fiscais, há uma ampla diversidade nos tipos de organização político-institucional subnacional.

Furtado (1985) argumentava que as diferenças entre o Brasil e a Argentina – e outros países da América Espanhola – podem ter origens históricas e estar relacionadas, ao menos em parte, a duas questões principais:

1. Às características dos processos de integração regional durante a formação dos estados nacionais já que, para Furtado (1985), a formação de um grande mercado interno é condição básica para garantir o desenvolvimento de países atrasados.

Para esse autor, o que salvara o Brasil da desintegração política fora o ciclo do ouro que irrompeu no século XVIII. A economia regional constituída em torno da exploração do ouro em Minas Gerais gerou encadeamentos intersetoriais nas demais economias regionais substancialmente maiores que a economia escravista açucareira do Litoral do Nordeste. Além de demandar alimentos, a economia mineira apresentava elevados custos de transporte para encaminhar os insumos aos locais de produção e o produto final para exportação. Isso forneceu o impulso necessário para que as demais regiões do Brasil se integrassem a ela como fornecedoras de alimentos e de outros insumos, como animais de carga. Assim o ciclo do ouro atuou como um mecanismo de integração e diversificação econômica.

2. Furtado chamou a atenção também para a importância da conexão entre os interesses do governo nacional e o das elites regionais analisado a partir da estreita relação entre o nível de gasto público e privado e o nível geral de atividade econômica.

Essa questão evidencia-se em sua análise do impacto da crise de 1929 e das políticas governamen-

tais sobre a economia brasileira. A política do governo federal de compras e destruição dos estoques de café permitiu que a produção de café no Brasil continuasse a crescer malgrado a crise e que o gasto privado do setor cafeeiro mantivesse a atividade econômica em um nível superior ao que teria ocorrido se a oferta tivesse que se ajustar à demanda (Furtado, 1959, cap. XXXI *apud* Furtado, 2005).

Em termos históricos, esses dois pontos podem explicar, ao menos em parte, diferenças observadas na relação entre o estado e os principais atores econômicos em alguns países da América Latina, principalmente em relação aos graus de diversificação econômica regional. Nesse sentido, este trabalho propõe a inclusão de novas variáveis – que se juntam às propostas por Behrend & Bianchi (2017), com o objetivo de abarcar a maior complexidade da sociedade brasileira. Com essa premissa em mente, a seção a seguir apresenta as dimensões para classificar os estados brasileiros de acordo com a sua estrutura econômica.

Dimensão 1: Peso relativo do estado na economia subnacional.

Os trabalhos de Behrend e Bianchi (2017) e Rodrigues-Silveira (2011) sobre a estrutura econômica e a política subnacional na Argentina e no Brasil, respectivamente, buscam analisar como o tipo de interação entre as elites políticas e as econômicas podem influenciar na configuração de distintos perfis de governo. Em ambos os trabalhos, o tamanho do estado consiste no termômetro de um conjunto de fatores diretamente relacionados com a qualidade das instituições políticas e sua relação com a sociedade e, em particular, com as elites.

De acordo com os autores, um elevado tamanho do estado responde a uma sociedade em que as elites se encontram menos diversificadas, encontram-se geralmente dentro das instituições públicas, são monopólicas em termos dos recursos sociais e políticos e administram a política local com um alto grau de discricionariedade. Assim, quanto maior for o tamanho do estado, os autores supõem um menor grau de *accountability* (horizontal e vertical), uma maior fragilidade burocrática e, em geral, da própria democracia no nível subnacional. Supõem-se que se o estado representa uma forte fonte de geração de emprego formal, as elites políticas terão maior influência na sociedade em geral. No mesmo sentido, se o estado representar a principal fonte de gasto e investimento, o setor empresarial terá maiores incen-

tivos para se aproximar da elite política.

Para avaliar o peso fiscal do estado na economia subnacional serão usadas duas variáveis: 1) o gasto público como porcentagem do PIB de cada estado e, 2) a massa salarial do setor público em relação aos salários totais formais.

O Gasto Público refere-se à soma dos gastos com: a) pessoal; b) compra de bens e serviços em geral e c) investimento. Exclui as despesas com subsídios, transferências previdenciárias e juros da dívida pública.

Todos os dados utilizados para a construção desta dimensão foram tomados da base “Cidades” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dimensão 2: Fortaleza do setor privado na economia subnacional.

Esta dimensão se baseia na premissa de que o peso do setor privado na economia impacta no tipo de articulação que tenderá a existir entre as elites políticas e econômicas. O peso do setor privado na economia em cada região, nos dá pistas para pensar em como se constrói a estrutura de incentivos que modela a relação entre os atores estatais e a sociedade.

Este aspecto permite argumentar que a análise dos setores econômicos e suas especificidades são importantes elementos de análise sobre a estrutura de incentivos que modela a relação estado-sociedade nas subunidades. Este trabalho adota o argumento proposto por Behrend e Bianchi (2017) que sugere que, quanto maior for o peso do setor privado na economia do estado, este incidirá, primeiramente, no poder de negociação/intervenção dos empresários e em seu interesse na política estadual. Também objetiva medir a magnitude da dependência dos trabalhadores na atividade privada.

Para tal, são analisadas três variáveis: 1) a população economicamente ativa (PEA) em relação a população total e; 2) a porcentagem da massa salarial privada em relação à renda total do setor formal da economia estadual.

A PEA compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo e é obtida pela soma da população ocupada e desocupada com 14 anos ou mais de idade (IPEA). Todos os dados utilizados foram obtidos da base de dados “Cidades” do IBGE.

Dimensão 3: Classificação Nacional de Atividades Econômicas do Brasil

Nesta pesquisa, utiliza-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas do Brasil construída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A CNAE é a classificação de atividades econômicas adotada na produção e disseminação de estatísticas econômicas e na organização de cadastros da Administração Pública do país (IBGE/CONCLA).

Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura

1. **Agropecuária intensiva:** É um sistema que busca alta produtividade por hectare. Isso significa que se produz cada vez mais no mesmo espaço de plantio. Além do foco na produtividade, há também preocupação com a redução do tempo entre o preparo do solo e a colheita. A agropecuária consiste na criação de bovinos, equinos, caprinos, ovinos e suínos para fins comerciais, e o Brasil é um dos maiores representantes mundiais dessa prática, tanto que boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) vem da produção de carne. Grandes produtores agrícolas tendem a ser economicamente poderosos e estão unidos em organizações nacionais coesas que representam seus interesses.

2. **Agricultura familiar:** Corresponde a uma área de até 4 módulos fiscais, tem mão-de-obra familiar, é gerenciada pela própria família e tem sua renda vinculada ao estabelecimento. Em 2017, 76,8% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil se enquadravam nessa categoria (IBGE, 2017).

3. **Produção Florestal:** O setor florestal se divide na silvicultura, que são as florestas plantadas, e na extração vegetal. O valor da produção florestal atingiu o recorde de R \$30,1 bilhões com alta de 27,1% e produção em 4.884 municípios em 2021, na comparação com 2020 (IBGE, 2022).

4. **Pesca e Aquicultura:** A pesca baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural. Já a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. A grande diferença entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, não atende às premissas de um mercado competitivo.

Indústria

O interesse dos industriais em influenciar políticas dependerá de se suas indústrias são orientadas para a exportação ou não, e se são competitivas ou não. As indústrias estão frequentemente interessadas em influenciar a política nacional, que é a área em que os mercados de trabalho são regulamentados e onde sofrem a maior pressão tributária.

A indústria geralmente requer uma força de trabalho qualificada e os industriais têm interesses marginais no controle da política local, pois dependem mais do investimento e consumo privados e da cooperação com a força de trabalho (Acemoglu e Robinson, 2006). Esse tipo de atividade costuma contribuir para o desenvolvimento de uma classe média e, portanto, a força de trabalho pode ser um ator importante se bem organizada. Em contextos com uma ampla diversidade de atividades industriais, como é o caso do Brasil, pode-se supor uma maior pluralidade de atores econômicos, como também de interesses diversos.

As licitações e a obtenção de licenças ambientais, por exemplo, que impactam sensivelmente no modelo de negócio da indústria e da construção, são outorgadas pelos governos estaduais levando as empresas desses segmentos, mesmo as de grande porte, a estarem mais sensíveis às disputas políticas locais do que, por exemplo, os banqueiros.

No Brasil, as atividades industriais se distribuem da seguinte maneira:

a. **Extrativas:**

- Petróleo e Gás Natural;

- Minerais Metálicos e Minerais Não-Metálicos: As indústrias extrativas de minerais metálicos e não metálicos no Brasil conformam, em sua maioria, conglomerados multinacionais ligados à exportação de *commodities*.

b. **Transformação:**

A indústria de transformação é um termo utilizado para classificar os sistemas de produção que transformam um elemento em outro, uma matéria-prima em um bem, diferenciando-se do setor de produção agrícola e indústria extrativa de vegetal ou mineral. Inclui todos os momentos da produção industrial.

c. Construção:

Este setor é dominado por empreiteiras com muito peso econômico no país e é influenciado por regulamentação governamental. Como mostram Santos (2020) e Samuels (2007), a indústria da construção direciona seus interesses para o estado subnacional, pois os governadores são atores chave na distribuição de projetos de infraestrutura e de obras públicas.

d. Eletricidade e Gás, Água, Esgoto, Gestão de Resíduos e Descontaminação: Algumas empresas do setor foram privatizadas, porém participam na economia estadual como concessionárias, podendo entrar no ramo de setor público terceirizado. Destarte, as empresas são reguladas pelo governo subnacional.

Serviços:

Trata-se de um setor com elevado peso econômico no país, mas constituído por muitas concessionárias de serviços públicos e está relacionado com a especialização do processo produtivo e a urbanização. Na atividade privada, por exemplo, Samuels (2007) observou uma correlação significativa entre a presença de indústrias de construção e o desenvolvimento do mercado imobiliário.

Comércio:

Este setor depende do mercado de trabalho. Geralmente cria condições econômicas autônomas, especialmente em centros urbanos. É um setor diversificado, sendo o subsetor varejista aquele com maior peso na economia brasileira e apresenta uma significativa expansão na maioria dos estados. O varejo emprega 25,8% dos trabalhadores com carteira assinada (ou o correspondente a um quarto), aproximadamente 8,5 milhões de pessoas, conforme os dados do estudo da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo de 2022. No que se refere a valores movimentados, o varejo restrito movimentou, em 2021, o que equivale a 22,9% do PIB brasileiro. Já o varejo ampliado alcançou, em 2020, 27,7% do PIB nacional. Pelo impacto no emprego e na receita dos estados, supõe-se que o setor agregado do comércio é um ator relevante no âmbito local e no estadual.

Dimensão 4: Perfis econômicos de cada subunidade.

Esta dimensão tem como objetivo, por um lado, observar se, em um mesmo estado, existem várias atividades econômicas importantes; se as atividades são fortes, mas concentradas em poucas atividades e atores; ou se existe grande diversidade, mas nenhuma possui um peso significativo na economia ou no emprego estadual (Behrend & Bianchi, 2017).

Por sua vez, como apontado por Furtado (1985), o desenvolvimento de uma região depende do tipo de vínculo traçado entre o tipo de especialização produtiva e o processo de criação do mercado interno. Deste vínculo vai depender o estímulo para uma consequente diversificação produtiva, característica central do desenvolvimento. Trabalhos sobre países desenvolvidos que estudaram os efeitos da diversidade regional no desenvolvimento (Mancini, Jelinski e Lavarello, 2022; Boschma et al., 2012) chamam a atenção para o papel que os *spillovers* de conhecimento tecnológico podem ter entre empresas co-localizadas que pertencem a atividades tecnologicamente semelhantes e, portanto, agrupadas no mesmo setor, e entre empresas pertencentes a diferentes setores de manufatura e serviços. Um aspecto da relação entre diversidade e desenvolvimento é que ela só opera quando há complementaridades tecnológicas entre as atividades, de modo que uma região que possui um conjunto de atividades complementares terá maior crescimento e desenvolvimento social do que aquela que não as possui (Mancini, Jelinski e Lavarello, 2022, p. 250).

Para tentar observar esta dimensão, este trabalho toma a noção *diversidade relacionada e não relacionada* proposta por Mancini, Jelinski e Lavarello (2022) e classifica os estados em três categorias: estados com uma economia diversificada relacionada (DR), com uma economia diversificada não-relacionada (DnR) ou com um tipo de economia concentrada (C).

A noção de *diversidade relacionada* (DR) parte do pressuposto de que empresas pertencentes a diferentes ramos dentro de um mesmo setor mais agregado compartilham habilidades e conhecimentos específicos de suas atividades pontuais (por exemplo, um fabricante de autopeças e uma empresa de máquinas agrícolas, são ambas do setor metalmeccânico). A diversificação do tipo Relacionada (DR) impacta na *especialização* setorial das atividades com a criação de, por exemplo, Polos Tecnológicos ou Químicos e na preocupação com a qualificação da mão de obra.

A diversidade não relacionada (DnR), no entanto, coloca menos ênfase nos aspectos associados às externalidades do conhecimento e, ao contrário, assimila a variedade a uma carteira de investimentos. Nesse sentido, regiões com maior diversidade de atividades têm maiores chances de manter o emprego (ou de conter o desemprego) diante de flutuações macroeconômicas em comparação com uma região especializada em poucas atividades. Esta diversidade pode encontrar-se em economias onde o setor de comércio e de serviços tem um maior peso relativo na receita estadual.

De modo contrário, uma economia concentrada é aquela que apresenta um alto grau de concentração produtiva, não diversificada, e um setor primário robusto que representa parte importante da receita estadual.

Parte-se assim do suposto de que uma economia com uma matriz produtiva de maior diversificação e especialização incentiva o desenvolvimento de uma sociedade onde é politicamente necessário o estabelecimento de pactos entre atores diversos, com possíveis impactos nos índices de distribuição da riqueza a partir do aumento da produtividade (Cepal, 2012).

Com base nessa discussão, a classificação proposta é a seguinte: Considera-se que um estado possui uma **economia diversificada** se há no estado ao menos três setores industriais que representam ao redor de 40% do PIB estadual.

Uma economia será do tipo **Concentrada (C)** quando na economia subnacional predomine um subsetor econômico que abocanhe ao redor de 35% do PIB ou se seu peso dobrar o peso daquelas que o seguem. Espera-se que em economias concentradas, o setor primário, por exemplo a agropecuária extensiva, ou o setor da indústria extrativa, tenham uma presença significativa na economia estadual.

Todos os dados utilizados para a construção dos indicadores foram obtidos na base de dados “Cidades” do IBGE.

Dimensão 5: Grau de dispersão ou centralização econômica estadual.

O trabalho de Rodrigues-Silveira (2011), para o caso brasileiro, e de Bianchi (2013), para o argentino, chamam a atenção para o impacto da variação na distribuição de poder econômico entre os municípios de um mesmo estado para poder entender mais pro-

fundamente a relação entre os atores econômicos e o estado subnacional. Na mesma linha, Bunker (1980), Pezzola (2017) e Gonzalez e Lodola (2019), apontam que não será só o tamanho dos setores econômicos em relação a economia local o que irá determinar seu peso político, mas a sua importância relativa dentro da subunidade ou região a qual pertence.

Na mesma linha, pesquisas na área da geografia econômica ressaltam que as economias regionais podem apresentar tanto um perfil *monocêntrico* como *policêntrico*, ou seja, dominadas por um único polo com uma concentração significativa do desenvolvimento econômico, ou dominadas por mais de um polo, caracterizada pela dispersão do desenvolvimento econômico num conjunto restrito de lugares, no caso, os municípios (Ferreira de Lima, 2016: 19). Estas variações terão impacto na estrutura de incentivos de cada região, já que podem incidir, por exemplo, nas estratégias de ação coletiva dos principais atores políticos e econômicos.

No Brasil, mais ainda pelo progressivo peso que os municípios vêm tomando a partir da década de 1960, com as reformas nos sistemas fiscal e tributário promovidas pelo governo militar. Essa tendência se aprofundou com a promulgação da Constituição de 1988, na qual se conferiu aos governos locais status legal próprio como entes federais, com prerrogativas próprias em relação à gestão de determinados setores de política pública. Isso explica também a expansão e concentração do funcionalismo no nível municipal, que possui 60% dos vínculos empregatícios, sendo que 94% destes estão nos poderes executivos. Por sua vez, a maior relevância que adquiriram os municípios brasileiros *vis-à-vis* os estados, principalmente no que tange a gestão de políticas e em sua participação no gasto público, aumenta a necessidade de ampliar o conhecimento acerca de seu impacto econômico no estado subnacional.

Com essa ideia, neste trabalho os estados serão classificados de acordo com a dispersão relativa de riqueza no estado: se é uma ou são poucas as localidades que produzem a maior parcela da riqueza ou se a participação na economia estadual dos municípios encontra-se mais distribuída. No entanto, ao invés de usar os conceitos de monocêntrico ou policêntrico cunhados pela literatura mencionada, este trabalho classificará o grau de dispersão do poder econômico entre os municípios como *disperso* ou *centralizado*, pois o conceito de centralização também abarca a possibilidade de que não seja apenas uma cidade, podem ser duas ou três, as que obrem como núcleo econômico.

Assim, para avaliar a distribuição da riqueza no estado, são usadas duas variáveis: 1) a distância entre o PIB da cidade com maior receita e a segunda e/ou a terceira que a seguem e, 2) o *desvio padrão* (DP) entre as três cidades com maior PIB e a média do PIB de todos os municípios do estado. O desvio padrão é uma medida que indica a dispersão dos dados dentro de uma amostra com relação à média. A primeira variável mede a relevância da cidade principal como nodo central do estado; e a segunda busca avaliar o grau de dispersão da riqueza entre todos os municípios de um mesmo estado.

Todos os dados utilizados foram obtidos da base de dados das “Contas Nacionais” do IBGE (2022).

Tendo apresentado as dimensões que compreendem a base teórica para a classificação dos estados, a próxima seção apresentará a análise preliminar e ainda parcial dos resultados.

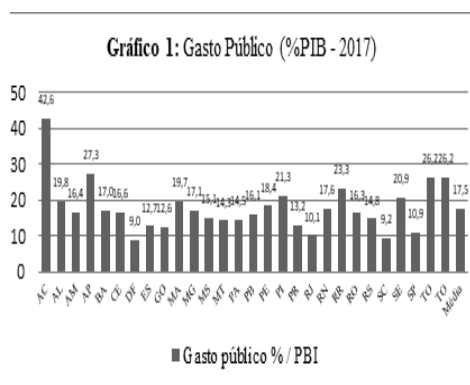
Os Estados Brasileiros e seus Perfis Produtivos.

O Brasil está dividido em 5 regiões (Sul, Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e Norte) que abrangem 26 estados, o Distrito Federal e 5570 municípios. As regiões sul, sudeste e centro-oeste são as regiões economicamente mais ricas e com maiores índices de desenvolvimento humano (IBGE). Por sua vez, os menores níveis de renda encontram-se nas regiões do Norte (Acre) e Nordeste (Pará e Maranhão) do país (Global Data Lab, 2021).

Em termos de evolução dos setores da economia, o Brasil mostra

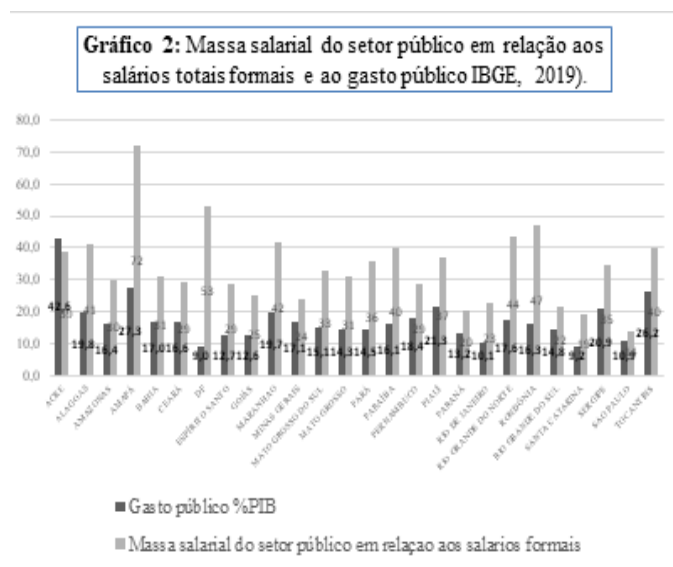
1. O peso relativo do Estado subnacional na economia subnacional:

Para avaliar o peso fiscal do estado na economia subnacional, foram usadas duas variáveis: 1) o gasto público como porcentagem do PIB de cada estado e 2) a massa salarial pública em relação aos salários totais formais.



Fonte: Elaboração própria em base aos dados do IBGE (2017).

O quadro acima mostra que 9 estados têm seus níveis de gasto público acima da média geral (17,5%) e concentram-se nas regiões Norte e Nordeste: Acre, com valores bem acima da média (42.6%), Alagoas (19.8%), Amapá (27.3%), Maranhão (19.7%), Pernambuco (18.4%), Piauí (21.3%), Rio Grande do Norte (17.6%), Sergipe (20.9%) e Tocantins (26.2%).



Fonte: Elaboração própria em base aos dados do IBGE (2019)².

A segunda variável segue a mesma tendência: o peso do estado como empregador, ponderado em base ao total dos salários formais, é menor nos estados das regiões Sul e Sudeste, sendo a média nacional de 34%.

Distrito Federal, Amapá e Acre mostram-se os casos mais isolados: o DF com um peso maior da

² O estado de Roraima foi excluído do gráfico pela ausência de informações para todos os indicadores.

massa salarial do setor público (53%), Acre com um gasto público que dobra a média nacional (42.6%) e o Amapá com um peso do emprego público (71.7%), também fora dos padrões observados na média dos estados e um elevado gasto público (27.3%). Os estados que se encontram ainda acima da média nas duas variáveis, ou seja, com uma importante presença do estado na economia estadual são: Tocantins, Amapá e Acre, na região Norte, e Piauí, no NE. Por sua vez, testou-se o coeficiente de correlação de Pearson entre as duas variáveis analisadas e este sugere que, se bem há uma correlação positiva (0,41) entre elas, não há uma relação forte entre o peso do estado como empregador (massa salarial do setor público) e os maiores níveis de gasto público. Esse resultado pode indicar uma variação no valor dos salários do setor público entre os estados.

Em termos de emprego, observa-se que no Brasil, dados das contas nacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA indicam que o governo federal tem tido uma participação decrescente em relação ao emprego público ao longo dos últimos 20 anos: em 2019 foi responsável por 8.6% do emprego formal, o que corresponde ao 18.9% da sua receita primária disponível. Por sua vez, os valores do gasto agregado dos três níveis de governo com salários e vencimentos mostram certa estabilidade ao longo dos últimos 10 anos, representando 15.7% do PIB em 2010 e 15.6% do PIB em 2018 (Junqueira & Orair, 2022). No entanto, a participação dos municípios no emprego público tem crescido ao longo destas duas décadas chegando a 59.7% em 2019, caminho inverso ao dos estados que alcançaram 31.6% de participação (IPEA, 2019).

É preciso ter em mente também que, com a promulgação da Lei Camata, posteriormente incorporada à Lei de Responsabilidade Fiscal no ano 2000, foi regulamentado o gasto dos governos dos três níveis com o funcionalismo público. A Lei determina um limite de 60% do total das receitas dos estados com gastos de pessoal. A União só pode gastar 50% de suas receitas com pessoal. O projeto original foi a Lei Complementar 82, de 1995. Posteriormente, transformou-se na Lei Complementar 96, de 1999, e agora faz parte da Lei Complementar 101, de 2000 (a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece normas gerais de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. No entanto, como os dados mostram os estados têm uma presença diversa nos gastos com o funcionalismo, a variável foi mantida.

No quadro abaixo podemos classificar os es-

tados de acordo ao peso relativo do estado na economia, O quadro foi construído a partir da posição dos estados em relação às médias das duas variáveis da dimensão proposta.

Quadro 1: Peso do estado subnacional na economia.

FORTE	MÉ-DIO	FRACO
Acre	Ama-	Goiás
Alagoas	zonas	Minas Ge-
Amapá	Bahia	rais
DF	Ceará	Mato Gros-
Tocantins	Espíri-	so do Sul
M a r a -	to Santo	so
nhão	Pará	Mato Gros-
Piauí	Pa-	Paraná
Rio Gran-	raíba	Rio de Ja-
de do Norte	Per-	neiro
Rondônia	nambuco	Rio Grande
Roraima	Ser-	do Sul
	gipe	Santa Ca-
		tarina
		São Paulo

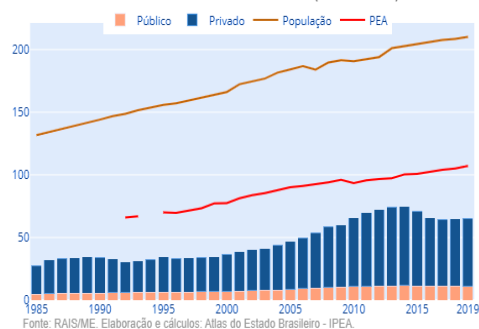
A análise das subunidades torna-se mais complexa quando cruzamos os dados sobre a força do setor privado com os dados sobre o peso relativo do Estado. Isso nos dá uma perspectiva mais abrangente da estrutura econômica estadual.

2. *Fortaleza do setor privado na economia subnacional*

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para a série anual de 1985 a 2019 mostram que, no Brasil, pelo menos desde a redemocratização até 2014, a densidade dos vínculos formais de trabalho com o setor privado tem mostrado um crescimento constante, que acompanha o crescimento da população e da PEA no país. Como vemos no gráfico 6 abaixo, o peso da massa salarial do setor público, no entanto, se bem mostra um crescimento também constante, é significativamente menor.

Gráfico 3:

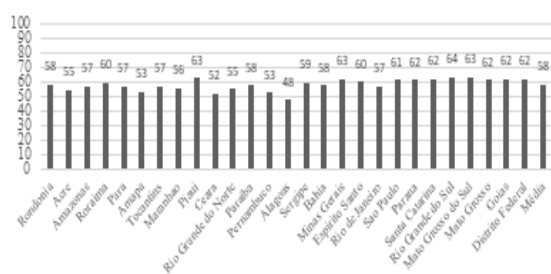
do total da população brasileira, população economicamente ativa e vínculos formais de trabalho (1985-2019)



Fonte: RAIS/ME. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

No gráfico 4 a seguir vemos a variação dos níveis de atividade econômica por estado da federação.

Gráfico 4: Nível de Atividade (PEA/Pop Total - 2015)



Fonte: Elaboração própria em base aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2015 (IBGE).

Observamos que o menor nível de atividade econômica - com uma PEA de ao redor de 50% da população e, por tanto, menor que a média nacional, de 58% - se encontra principalmente nas regiões do norte e nordeste do país, com a exceção do Rio de Janeiro, levemente abaixo da média (57%). O estado com a menor parcela da população ativa participando na economia é Alagoas, com 48%, no NE. No sentido inverso, os estados com maior número de pessoas potencialmente ativas, ou seja, com índices maiores que a média nacional, encontram-se nas regiões Centro-oeste, Sul e Sudeste, com exceção do Piauí (63%), da região NE.

O próximo gráfico compara a distribuição estadual do peso da massa salarial do setor privado com a massa salarial do setor público em todos os estados para o ano de 2017 (IBGE).

Gráfico 5: Massa salarial por Setor Econômico



Fonte: Elaboração própria em base aos dados do IBGE (2017)

3

Os resultados seguem a mesma tendência do indicador anterior. As regiões Norte e Nordeste apresentam os menores valores em relação ao peso dos salários do setor privado na economia estadual. O menor valor da série encontra-se no Amapá, na região Norte, com 28,3%, seguido pelo Distrito Federal (47%). Este último, provavelmente, em razão do peso que o setor público representa na Capital do país. No caso do Amapá, este estado foi um dos últimos territórios federais a serem elevados ao status de estado⁴. A Constituição de 1988 elevou o território do Amapá à categoria de Estado da Federação, sendo instalado em 1º de janeiro de 1991. Sua economia se concentra no setor de serviços, na administração pública e na agricultura familiar. No caso do setor de serviços, o suposto é que correspondam a concessionárias estaduais. Esses aspectos poderiam explicar sua posição extrema no gráfico 5 acima.

O peso do setor privado na economia estadual medido pela massa salarial encontra seu maior valor em São Paulo (86%), Santa Catarina (81%) e Paraná (80%). A média nacional do peso da massa salarial do setor privado é de 66% do PIB e 34% do PIB para a massa salarial do setor público.

O quadro 2 a seguir ilustra a distribuição dos estados de acordo com o nível de atividade (PEA em relação a população total) e o peso da massa salarial do setor privado em relação à massa total dos salários formais. Espera-se que aquelas subunidades com alto nível de atividade e uma massa salarial do setor privado significativa (acima da média nacional), sejam aqueles onde o setor privado está mais desenvolvido. O quadro foi construído a partir do posicionamento dos estados em relação as médias

3 O estado de Roraima foi excluído do gráfico pela ausência de informações para todos os indicadores.

4 A Constituição Federal de 1988 aboliu todos os três territórios então existentes: Noronha tornou-se um distrito estadual do Estado de Pernambuco; o Território Federal do Amapá e o Território Federal de Roraima ganharam o status de Estados da Federação. Vale lembrar que o atual Estado de Rondônia foi território somente até 1982.

das duas variáveis da dimensão proposta.

Quadro 2: Fortaleza do Setor Privado.			
FORTE	MÉDIO	FRA- CO	
Amazonas	Acre	pá	Ama-
Santo	Alagoas		DF
	Bahia		Pará
Gerais	Ceará		Ro-
	Maranhão	raima	
	Mato Grosso		
	do Sul		
	Mato Grosso		
Janeiro	Paraíba		
	Piauí		
do Sul	Rio Grande		
	do Norte		
Santa Ca-	Rondônia		
tarina	Sergipe		
	Tocantins		

3. Setores e perfis econômicos de cada subunidade e Distribuição estadual da riqueza.

Nesta seção serão analisadas em conjunto as três últimas dimensões propostas: 3) setores econômicos; 4) perfis econômicos de cada subunidade e; 5) grau de dispersão-centralização econômica no interior de cada estado.

Em relação aos tipos de diversificação da economia e concentração, os dados do quadro 3 abaixo mostram que a maioria dos estados tem economias diversificadas⁵. O estado do Amazonas mostra uma economia mais concentrada, com presença forte da Indústria de Transformação e Extrativa, incentivada provavelmente pela relevância da Zona Franca de Manaus; assim como o Distrito Federal, pelo grande peso da máquina da Administração Pública; e o Pará, com peso forte da atividade extrativista.

Ao analisar os dados sobre os principais sub-setores econômicos e seu peso em cada setor, observa-se que há, como previsto, variação entre as subunidades em relação aos graus de especialização e complexidade – diversidade relacionada ou não relacionada - das economias estaduais. É interes-

sante observar que, onde as economias apresentam maior grau de relação entre seus setores produtivos, ou seja, um maior desenvolvimento tecnológico com derramamentos em outras áreas da economia regional, o estado tem uma presença que vai de fraca a moderada e um maior peso relativo da indústria de transformação. Por sua vez, nas subunidades com diversidade do tipo não relacionada, observa-se uma maior presença do setor de serviços, incluindo o setor público, e uma tendência ao maior desenvolvimento do setor agropecuário. A presença da indústria do tipo extrativa, no entanto, parece gerar incentivos diferentes de acordo com o subsetor que predomina no estado. A Indústria de petróleo e gás natural ou de mineração *se relacionam* com o setor de transformação e o de serviços. A indústria extrativista de recursos florestais, por exemplo a extração de madeira, parece incentivar uma maior presença do estado na economia e um maior desenvolvimento do comércio e de serviços.

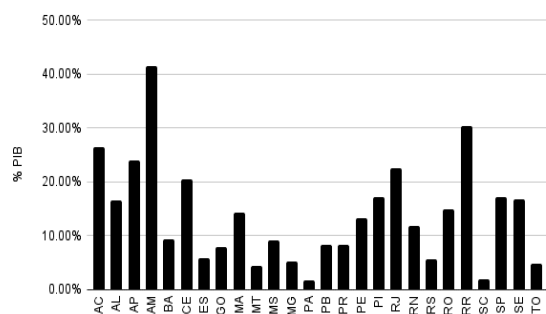
Por sua vez, se o desenvolvimento do setor de comércio e serviços pode ser um indicador de uma economia mais urbana ou dinâmica, as diferenças no peso de determinadas atividades (subsetores), podem ser indicadores valiosos sobre as externalidades geradas por outros setores econômicos com maior peso no estado, com consequências diretas na vida das pessoas de uma região. Por exemplo, o maior ou menor crescimento do setor financeiro, do comércio de alimentos, ou na venda e reparação de motos e automóveis, podem ter implicações nos níveis de formalidade e informalidade no emprego e da relevância que adquire a mão de obra especializada.

No que tange a última dimensão, a distribuição da riqueza no interior dos estados, ou seja, o quanto a economia encontra-se concentrada ou dispersa entre os municípios, o gráfico 6 mostra que há significativa variação na distância entre a primeira cidade com maior PIB e a segunda e a terceira. Manaus, Capital do estado do Amazonas, produz 43.2% da riqueza do estado, enquanto que a segunda cidade que a segue representa um 1.72% do PIB estadual, uma diferença de 41.5% entre as duas cidades. Acre e Roraima, também na região norte do país, mostram uma diferença de 26.4 e 30.5 pp, respectivamente, entre a primeira e a segunda cidade com maior PIB do estado. Já, o Pará, Tocantins e Santa Catarina apresentam menores diferenças, sugerindo uma maior distribuição da riqueza entre os municípios. A diferença entre Belém e Paraupébas, no Pará, é de 1.8% do PIB e de Joinville para Florianópolis, em

5 Para mais informação ver a Tabela com a distribuição dos subsetores econômicos e seu peso na economia do estado no Anexo deste trabalho.

Santa Catarina, é de 2%.

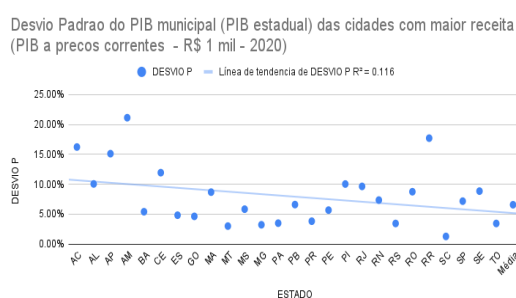
Gráfico 6: Distância entre a primeira e segunda cidade com maior PIB do estado (2020).



Fonte: Elaboração própria em base aos dados do IBGE (2020).

O gráfico a seguir aprofunda a análise usando a medida de desvio padrão (DP) de cada subunidade com o objetivo de indagar se o pertencimento a uma determinada região influi na dispersão das atividades econômicas. O Desvio Padrão busca avaliar a distância do PIB de todos os municípios em relação as três cidades com maior receita do estado.

Gráfico 7:



Fonte: Elaboração própria em base aos dados do IBGE (2020).

A primeira observação a se fazer é os estados com maior centralização econômica são aqueles apresentam uma economia concentrada ou forte presença do estado na economia, Amazonas e Amapá e Roraima. No sentido contrário, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os estados com maior dispersão econômica entre os municípios (um menor desvio padrão) e que comportam um setor agropecuário extensivo mais desenvolvido; na região Norte, se destacam o Tocantins e o Pará, com maior presença de estabelecimentos de agricultura do tipo familiar.

O quadro 3 a seguir, sistematiza todas as informações expostas até aqui.

Quadro 3: Perfis Econômicos dos Estados brasileiros.

UF	Agropecuária	Indústria	Serviços s/ Setor Público	Serviços Totais	Tipo de Diversificação (DR-DnR) -Especialização econômica/ Peso do Estado / Fortaleza do Setor Privado / Principais setores econômicos	Nº de Mun.	Dispersão (D)/ Dispersão Média (DM) / Centralização (CE) Econômica.
AC	10%	8%	40%	80%	DnR Estado Forte Setor Privado Moderado (Agricultura Familiar, Pecuária e Serviços)	22	CE
AL	17%	13%	42%	68%	DnR Estado Moderado Setor Privado Moderado (Agricultura Familiar, Ind. Construção e Transformação)	102	DM
AM	7%	33%	38%	59%	Concentrada Estado Moderado Setor Privado Forte (Indústria Transformação – Zona Franca)	16	CE
AP	2%	11%	40%	86%	DnR Estado Forte Setor Privado Fraco (Agricultura Familiar, Serviços)	62	CE
BA	6%	20%	43%	61%	DnR Estado Moderado Setor Privado Moderado (Ind. Transformação e Extrativa)	417	DM
CE	6%	18%	52%	77%	DnR Estado Moderado Setor Privado Moderado (Ind. Transformação e Serviços)	184	DM
DF	0%	3.5%	44%	84%	Concentrada Estado Forte Setor Privado Moderado (Administração e Serviços)	1	CE
ES	4%	19%	46%	60%	DR Estado Moderado Setor Privado Forte (Ind. Extrativa e Transformação)	78	DM
GO	11%	19%	43%	58%	DR Estado Fraco Setor Privado Forte (Agric. Extensiva, Ind. Transformação e Construção)	246	DM
MA	10%	17%	45%	73%	DnR Estado Forte Setor Privado Moderado (Ind. Extrativa e de Transformação, Prod. Florestal, Agricultura Familiar)	217	DM
MG	5%	24%	43%	57%	DR Estado Fraco Setor Privado Forte (Ind. Transformação, construção, Extrativas e Agricultura)	141	D
MS	18%	23%	35%	49%	DR Estado Fraco Setor Privado Moderado (Agric. Extensiva, Ind. Transformação)	79	DM
MT	25%	15%	35%	48%	DnR Estado Fraco Setor Privado Moderado (Agric. Extensiva)	853	D
PA	9%	39%	34%	56%	Concentrada Estado Moderado Setor Privado Fraco (Ind. Extrativa, Agricultura Familiar)	144	D

UF	Agropecuária	Indústria	Serviços/ Setor Público	Serviços Totais	Tipo de Diversificação (DR-DnR) -Especialização econômica/ Peso do Estado / Fortaleza do Setor Privado / Principais setores econômicos	Nº de Mun.	Dispersão (D)/ Dispersão Média (DM) / Centralização (CE) Econômica.
PB	2	14%	46%	79%	DnR Estado Moderado Setor Privado Moderado (Serviços, Ind. Construção)	223	DM
PE	4%	17%	50%	74%	DnR Estado Moderado Setor Privado Forte (Ind. Transformação, comércio e serviços)	185	DM
PI	9%	12%	44%	77%	DnR Estado Forte Setor Privado Moderado (Serviços, Ind. Construção, Agricultura Familiar)	224	DM
PR	9%	22%	43%	56%	DR Estado Fraco Setor Privado Forte (Ind. Transformação, Comércio, Agricultura)	399	D
RJ	0.5%	16%	48%	66%	DR Estado Fraco Setor Privado Forte (Ind. Extrativa, de Transformação)	92	DM
RN	4%	19%	47%	76%	DnR Estado Forte Setor Privado Moderado (Ind. de Construção, Transformação, Prod. Florestal, pesca e aquicultura)	167	DM
RO	15%	21%	36%	63%	DnR Estado Forte Setor Privado Moderado (Pecuária, Agricultura Familiar, Ind. Construção, Transformação)	52	DM
RR	5.5%	7.3%	35.2%	84.7%	DnR Estado Forte Setor Privado Fraco (Serviços, Administração Pública,	15	CE
RS	8%	19%	46%	58%	DR Estado Fraco Setor Privado Forte (Agric. Extensiva, Ind. Transformação)	497	D
SC	5%	23%	43%	55%	DR Estado Fraco Setor Privado Forte (IND. Transformação, Construção, Agricultura).	295	D
SE	5%	19%	47%	76%	DnR Estado Moderado Setor Privado Moderado (Ind. Serviços Públicos, Transformação, Agricultura Familiar) ,	75	DM
SP	2%	19%	53%	61%	DR Estado Fraco Setor Público Forte (Ind. Transformação e Serviços)	645	DM
TO	14%	15%	40%	65%	DnR Estado Forte Setor Privado Moderado (Ind. de Serviços Públicos e Construção, Agricultura Familiar)	139	D

Fonte: Elaboração própria em base aos dados do IBGE (2017; 2019; 2020); IPEA (2019).

Tendo exposto uma descrição geral e proposto uma classificação dos estados no que tange à estrutura de sua economia, a seção a seguir expõe as conclusões.

Conclusões e Agenda Futura

O argumento central que percorreu o presente trabalho foi que, para alcançar uma compreensão integral acerca do funcionamento do estado é preciso considerar a relação entre ele e a estrutura econômica que o rodeia. Estas diferenças, principalmente em sistemas federais, onde estados subnacionais detêm autonomia em diferentes áreas de políticas públicas, geram sistemas específicos de incentivos com impactos nas condições de desenvolvimento de cada região.

Este trabalho buscou, nesse sentido, preencher uma lacuna existente na literatura, a partir da proposta de 5 dimensões de classificação da estrutura econômica dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. As dimensões são: 1) Peso relativo do estado na economia subnacional; 2) Fortaleza do setor privado na economia subnacional; 3) Classificação Nacional de Atividades Econômicas do Brasil (CNAE); 4) Tipo de Atividade que predomina na subunidade; 5) Perfis econômicos de cada subunidade e; 5) Grau de dispersão-centralização econômica no interior de cada estado.

Os resultados mostraram, primeiramente, a existência de uma significativa heterogeneidade econômica e em relação ao peso do estado como ator economicamente relevante nas subunidades brasileiras. O setor de serviços e do comércio estão fortemente presentes em todos os estados da federação, contudo, e é importante ressaltar, há variação importante no grau de especialização e no tipo de serviços com maior peso. Em segundo lugar, os dados sistematizados permitiram levantar supostos sobre os incentivos que permeiam a relação entre os diferentes setores e subsetores econômicos com os estados dos três níveis de governo. Esta questão sinaliza a existência de interesses diferenciados em torno aos vínculos que, tanto os atores políticos como econômicos, buscarão ter com os demais níveis governamentais.

Em terceiro lugar, e posto que é ainda uma primeira aproximação à complexidade da geografia econômica subnacional brasileira, a classificação proposta tornou evidente a necessidade de observar o

caráter relacional da estrutura de incentivos que modela cada sistema estadual de governança. Assim, um maior aprofundamento do estudo sobre o impacto da geografia econômica nos estados, deve apontar para a análise dos incentivos produzidos pelos subsetores econômicos em sua relação com outros subsetores e destes com o estado. Para isso é preciso olhá-los com um menor nível de agregação. Isso permite pensar que a existência de uma economia diversificada, como pondera o argumento inicial, não é garantia suficiente para um maior desenvolvimento econômico e social. Faz-se necessária uma relação entre setores ou subsetores econômicos específicos para que essa confluência gere externalidades positivas na região.

Por último, e em relação ao segundo aspecto mencionado, o trabalho assinala a importância das características do federalismo como variável explicativa dos incentivos que guiam os interesses dos atores econômicos e políticos e que, finalmente, explicam os tipos de estruturas dos estados subnacionais. Esta questão central da análise é também um convite para explorar o potencial comparativo dos argumentos em outros sistemas federais como a Argentina e o México.

Nesse sentido, em um futuro próximo, espera-se poder estudar a relação entre as variáveis econômicas sistematizadas e as estruturas políticas e partidárias dos estados subnacionais e seus indicadores sociais, com o auxílio de ferramentas de análise estatístico.

Esta agenda de pesquisa aponta para isso.

Bibliografia

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. New York: Crown, 2012. 546p.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Economic Origins of Democracy and Dictatorship*. Cambridge: University Press, 2006. 180p.

AGUIRRE, J.; LO VUOLO, R. *Variedades de Capitalismo. Una aproximación al estudio comparado del capitalismo y sus aplicaciones para América Latina. Documentos de Trabajo CIEPP*, Argentina, n. 85, p. 1-57, mayo. 2013.

BEHREND, J.; BIANCHI, M. *Estructura Económica y Política Subnacional En Argentina. Cuaderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos de la

- UFBA, n. 30(80), p. 217-235, mayo/agosto. 2017.
- BIANCHI, M. The Political Economy of Sub-National Democracy. Fiscal rentierism and geography in Argentina. *PhD Thesis. Centre d'études et de recherches internationales [CERI]. Institut d'Études Politiques de Paris, École Doctorale De Sciences Po.* 2013.
- BOSCHMA, R.; MINONDO, A.; NAVARRO, M. Related variety, and regional growth in Spain. *Papers in Regional Science.* United States, n. 91, p. 241-256, August. 2012.
- BUNKER, S. Barreiras Burocráticas e Institucionais à modernização: o caso da Amazônia. *Revista Pesquisa. Planejamento Econômico*, 10(2), Rio de Janeiro: Agosto, 1980.
- CEPAL. Cambios Estructurales y tendencias en el Comercio mundial y Regional. 2023.
- CEPAL. Cambio Estructural para la Igualdad. 2012.
- CONSTANTINO, A. ¿Gatopardismo Sojero? Los efectos de la bonanza sojera sobre el cambio estructural en Argentina y Brasil. *Nueva Sociedad*, 244, marzo-abril 2013.
- FERREIRA DE LIMA, J. O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional. Em: Piacenti, Lima e Eberhardt (Org.) *Economia & Desenvolvimento Regional*. Paraná, Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipú. 2016. p. 15-40.
- GIRAUDY, A.; MONCADA, E.; SNYDER, R. *Inside Countries: Subnational Research in Comparative Politics*. Cambridge University Press, 2019. 374p
- GIRAUDY, A.; MONCADA, E.; SNYDER, R. Subnational Research in Comparative Politics: Substantive, Theoretical, and Methodological Contributions. In *Inside Countries: Subnational Research in Comparative Politics*. Cambridge University Press, 2019. p. 2-54.
- GONZALEZ, L.I.; LODOLA, G. The Impact of Oil Rents on Subnational Development: Evidence from Argentina. *Studies in Comparative International Development*, n. 54, p. 550-570. 2019.
- IMBS, J.; WACZIARG, R. Stages of Diversification. *Centre for Economic Policy Research Discussion Papers*, n. 1(93), p. 63-86, March. 2003.
- JUNQUEIRA, G.; ORAIR, R. Despesas com Pessoal Ativo na Federação Brasileira (2002-2022). *Nota Técnica 58. DIEST: IPEA, Brasil.* 2022.
- MANCINI, J.; JELINSKY, F.; LAVARELLO, P. Diversidad productiva, sectores difusos de progreso técnico y desempeño regional en Argentina entre 2008 y 2018. *Desarrollo y Sociedad*, n. 90, p. 207-263, abril. 2022.
- MIGDAL, J. S. *State in Society: Studying How States and Societies Transform and Constitute one Another*. New York: Cambridge University Press, 2001. 292p.
- PEZZOLA, A. Cooperación diacrónica para intereses diversos Intereses y lealtades provinciales en la formulación de políticas en Argentina. *Política y Gobierno*, México, Centro de Investigación y Docencia Económicas, A.C, n. 1, p. 125-156, enero-junio. 2017
- PORTER, M.E. The Economic Performance of Regions. *Regional Studies*, n. 37(6&7), p. 549-578, August. 2003.
- RODRIGUES SILVEIRA, R. Élités y Democracia local: marcos institucionales comunes, resultados distintos en los municipios brasileños”. En *X Congreso Nacional de la Asociación Española de Ciencia Política*. Murcia. 2001. <https://www.recp.es/files/view/pdf/congress-papers/10-0/304/>
- SAMUELS, D. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. *Suffragium. Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará*, Fortaleza n. 4(3), p.11-28, junho/julho. 2007.
- SANTOS, R.D. Segmentos econômicos e determinantes do financiamento político no Brasil. Em: *Colombia Internacional* [online]. 2020. Disponível em <https://www.openedition.org/>. Consultado el 10.04.2023
- SCHNEIDER, B.R.; SOSKICE, D. Inequality in developed countries and Latin America: coordinated, liberal and hierarchical systems. *Economy and Society*, n. 1(38), p. 17-52, January. 2002.
- SCHNEIDER, B.R. Hierarchical Market Economies and Varieties of Capitalism in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, n. 3(41), p. 553-575, August. 2009.
- SCHNEIDER, B.R. Hierarchical Market Economies

and Varieties of Capitalism in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, n. 41, p. 553-575, August. 2009.

SIMPSON, X. Dinâmicas Federalistas no Brasil e Argentina. O impacto do Conflito Intergovernamental nas Políticas Públicas. Em: *Instituições, Política e Desenvolvimento. América Latina frente ao século XXI*. Curitiba: CVR Editora, 2013. p. 402

SOIFER, H. State Infrastructural Power: Approaches to Conceptualization and Measurement. *Studies in Comparative International Development*, n. 3(43), p. 231–251, January. 2008.

SOKOLOFF, K.L.; ENGERMAN, S.L.; STANLEY, L.; ACEMOGLU, D. Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development Among New World Economies [with Comments]. *Latin American and Caribbean Economic Association*, n. 1(3), p. 41-109, October. 2002.

SOSKICE, D.; HALL, P. Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage: In Peter Hall and David Soskice (eds). Soskice, David & Hall, Peter. (2001). *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. in Peter Hall and David Soskice (eds): Oxford University Press, 2001. p.560

SPINK, P.K.; WARD, P.M.; WILSON, R.H. *Metropolitan Governance in the Federalist Americas: Strategies for Equitable and Integrated Development*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2012.

THISSE, J.F. *Geographical Economics: A Historical Perspective*. Recherches Economiques de Louvain, Université catholique de Louvain, Institut de Recherches Economiques et Sociales (IRES), n. 2-3(77), p. 141-168, 2011.

Sites:

GLOBAL DATA LAB: <https://globaldatalab.org/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA - : <https://www.ipea.gov.br/>

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA – SEBRAE - <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO – SBVC - <https://sbvc.com.br/>

ANEXO					
UF	Agropecuária	Indústria	Serviços s/ Setor Público	Serviços Totais	Principais Subsetores Econômicos e seu peso em cada Setor
AC	10%	8%	40%	80%	Agropecuária: Agricultura 51%; Pecuária 39%; P florestal, pesca e Aquicultura 10% / Indústria: Construção 59%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 7%, Extrativas 0%; Transformação 35% / Serviços: Estado 48%; Atividades Imobiliárias 12%; Comércio e reparação de veículos e motos 19%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 5%.
AL	17%	13%	42%	68%	Agropecuária: Agricultura 87%; Pecuária 12%; P florestal, pesca e Aquicultura 1% / Indústria: Construção 40%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 9%, Extrativas 12%; Transformação 39% / Serviços: Estado 39%; Atividades Imobiliárias 13%; Comércio e reparação de veículos e motos 21%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 6%.
AM	7%	33%	38%	59%	Agropecuária: Agricultura 56%; Pecuária 11%; P florestal, pesca e Aquicultura 34% / Indústria: Construção 17%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 7%, Extrativas 13%; Transformação 63% / Serviços: Estado 33%; Atividades Imobiliárias 12%; Comércio e reparação de veículos e motos 22%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 8%.
AP	2%	11%	40%	86%	Agropecuária: Agricultura 32%; Pecuária 27%; P florestal, pesca e Aquicultura 40% / Indústria: Construção 47%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 4%, Extrativas 14%; Transformação 35% / Serviços: Estado 52%; Atividades Imobiliárias 12%; Comércio e reparação de veículos e motos 16%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 4%.
BA	6%	20%	43%	61%	Agropecuária: Agricultura 66%; Pecuária 26%; P florestal, pesca e Aquicultura 8% / Indústria: Construção 41%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 8%, Extrativas 15%; Transformação 35% / Serviços: Estado 29%; Atividades Imobiliárias 14%; Comércio e reparação de veículos e motos 20%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 9%.
CE	6%	18%	52%	77%	Agropecuária: Agricultura 56%; Pecuária 30%; P florestal, pesca e Aquicultura 14% / Indústria: Construção 37%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 10%, Extrativas 3%; Transformação 51% / Serviços: Estado 31%; Atividades Imobiliárias 13%; Comércio e reparação de veículos e motos 21%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 10%.
DF	0%	3.5%	44%	84%	Agropecuária: Agricultura 0%; Pecuária 37%; P florestal, pesca e Aquicultura -38% / Indústria: Construção 65%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 13%, Extrativas 0%; Transformação 21% / Serviços: Estado 48%; Atividades Imobiliárias 8%; Comércio e reparação de veículos e motos 8%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 8%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 13%; Atividades Profissionais, científicas e Técnicas, administrativas, e complementares 8% .
ES	4%	19%	46%	60%	Agropecuária: Agricultura 63%; Pecuária 32%; P florestal, pesca e Aquicultura 5% / Indústria: Construção 16%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 4%, Extrativas 36% ; Transformação 33% / Serviços: Estado 27%; Atividades Imobiliárias 14%; Comércio e reparação de veículos e motos 21%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 8%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 13%; Atividades Profissionais, científicas e Técnicas, administrativas, e complementares 9%; Transporte, Armazenagem e Correio 10% .
GO	11%	19%	43%	58%	Agropecuária: Agricultura 63%; Pecuária 36%; P florestal, pesca e Aquicultura 1% / Indústria: Construção 30%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 14%, Extrativas 4%; Transformação 52% / Serviços: Estado 25%; Atividades Imobiliárias 16%; Comércio e reparação de veículos e motos 25%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 8%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 13%; Atividades Profissionais, científicas e Técnicas, administrativas, e complementares 9%; Transporte, Armazenagem e Correio 5% .
MA	10%	17%	45%	73%	Agropecuária: Agricultura 61%; Pecuária 25%; P florestal, pesca e Aquicultura 13% / Indústria: Construção 46%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 15%, Extrativas 11%; Transformação 27% / Serviços: Estado 35%; Atividades Imobiliárias 16%; Comércio e reparação de veículos e motos 22%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 6%; Transporte, Armazenagem e Correio 6%.

ANEXO					
UF	Agropecuária	Indústria	Serviços s/ Setor Público	Serviços Totais	Principais Subsetores Econômicos e seu peso em cada Setor
MG	5%	24%	43%	57%	Agropecuária Agricultura 51%; Pecuária 31%; P florestal, pesca e Aquicultura 4% / Indústria: Construção 24%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 8%, Extrativas 25%; Transformação 44% / Serviços: Estado 24%; Atividades Imobiliárias 15%; Comércio e reparação de veículos e motos 19%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 12%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 5%; Transporte, Armazenagem e Correio 7%; Educação e Saúde Privadas 5%; Informação e Comunicação 4%.
MS	18%	23%	35%	49%	Agropecuária Agricultura 58%; Pecuária 23%; P florestal, pesca e Aquicultura 13% / Indústria: Construção 24%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 24%, Extrativas 5%; Transformação 47% / Serviços: Estado 26%; Atividades Imobiliárias 11%; Comércio e reparação de veículos e motos 18%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 7%; Transporte; Correio e Armazenagem 4%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 4%.
MT	25%	15%	35%	48%	Agropecuária Agricultura 82%; Pecuária 14%; P florestal, pesca e Aquicultura 3% / Indústria: Construção 39%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 11%, Extrativas 2%; Transformação 48% / Serviços: Estado 28%; Atividades Imobiliárias 13%; Comércio e reparação de veículos e motos 29%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 7%; Transporte, Armazenagem e Correio 7%; Atividades Financeiras, Seguros e Relacionados 4% .
PA	9%	39%	34%	56%	Agropecuária Agricultura 61%; Pecuária 9%; P florestal, pesca e Aquicultura 16% / Indústria: Construção 24%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 9%, Extrativas 54%; Transformação 13% / Serviços: Estado 36%; Atividades Imobiliárias 16%; Comércio e reparação de veículos e motos 21%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 6%; Transporte, Armazenagem e Correio 6%.
PB	2	14%	46%	79%	Agropecuária Agricultura 52%; Pecuária 35%; P florestal, pesca e Aquicultura 14% / Indústria: Construção 37%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 14%, Extrativas 3%; Transformação 11% / Serviços: Estado 45%; Atividades Imobiliárias 13%; Comércio e reparação de veículos e motos 18%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 5%.
PE	4%	17%	50%	74%	Agropecuária Agricultura 57%; Pecuária 40%; P florestal, pesca e Aquicultura 4% / Indústria: Construção 43%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 7%, Extrativas 1%; Transformação 49% / Serviços: Estado 30%; Atividades Imobiliárias 15%; Comércio e reparação de veículos e motos 19%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 12%; Transporte, Armazenagem e Correio 5%.
PI	9%	12%	44%	77%	Agropecuária Agricultura 62%; Pecuária 26%; P florestal, pesca e Aquicultura 12% / Indústria: Construção 63%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 5%, Extrativas 2%; Transformação 29% / Serviços: Estado 42%; Atividades Imobiliárias 10%; Comércio e reparação de veículos e motos 23%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 6%; Transporte, Armazenagem e Correio 3%.
PR	9%	22%	43%	56%	Agropecuária Agricultura 73%; Pecuária 22%; P florestal, pesca e Aquicultura 6% / Indústria: Construção 22%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 15%, Extrativas 0%; Transformação 63% / Serviços: Estado 20%; Atividades Imobiliárias 14%; Comércio e reparação de veículos e motos 25%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 11%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 7%; Transporte, Armazenagem e Correio 7%; Informação e Comunicação 4%.
RJ	0.5%	16%	48%	66%	Agropecuária Agricultura 47%; Pecuária 35%; P florestal, pesca e Aquicultura 17% / Indústria: Construção 24%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 10%, Extrativas 37%; Transformação 29% / Serviços: Estado 26%; Atividades Imobiliárias 12%; Comércio e reparação de veículos e motos 14%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 13%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 7%; Transporte, Armazenagem e Correio 8%; Informação e Comunicação 6%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 7%; Educação e Saúde Privadas 6% .

ANEXO

UF	Agropecuária	Indústria	Serviços s/ Setor Público	Serviços Totais	Principais Subsetores Econômicos e seu peso em cada Setor
RN	4%	19%	47%	76%	Agropecuária Agricultura 26%; Pecuária 34%; P florestal, pesca e Aquicultura 40% / Indústria: Construção 37%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 14%, Extrativas 20%; Transformação 30% / Serviços: Estado 38%; Atividades Imobiliárias 13%; Comércio e reparação de veículos e motos 18%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 8%; Educação e Saúde Privadas 5%; Alojamento e Alimentação 5% ; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 4% ; Transporte, Armazenagem e Correio 3%.
RO	15%	21%	36%	63%	Agropecuária Agricultura 16%; Pecuária 75%; P florestal, pesca e Aquicultura 6% / Indústria: Construção 43%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 25%, Extrativas 2%; Transformação 31% / Serviços: Estado 41%; Atividades Imobiliárias 23%; Comércio e reparação de veículos e motos 21%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 5%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 4% ; Transporte, Armazenagem e Correio 4%.
RR	5.5%	7.3%	35.2%	84.7%	Agropecuária Agricultura 61%; Pecuária 31%; P florestal, pesca e Aquicultura 7.3% / Indústria: Construção 77%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 18%, Extrativas 31%; Transformação 31% / Serviços: Estado 49.5%; Atividades Imobiliárias 9%; Comércio e reparação de veículos e motos 14%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 8%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 3.5% ; Transporte, Armazenagem e Correio 2.5%.
RS	8%	19%	46%	58%	Agropecuária Agricultura 72%; Pecuária 23%; P florestal, pesca e Aquicultura 5% / Indústria: Construção 22%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 5%, Extrativas 1%; Transformação 72% / Serviços: Estado 22%; Atividades Imobiliárias 14%; Comércio e reparação de veículos e motos 24%; Transporte, Armazenagem e Correio 6%; Informação e Comunicação 6%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 7%; Educação e Saúde Privadas 7%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 10% .
SC	5%	23%	43%	55%	Agropecuária Agricultura 52%; Pecuária 33%; P florestal, pesca e Aquicultura 15% / Indústria: Construção 20%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 7%, Extrativas 2%; Transformação 71% / Serviços: Estado 21%; Atividades Imobiliárias 16%; Comércio e reparação de veículos e motos 24%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 10%; Transporte, Armazenagem, Correios 7%; Atividades Financeiras, seguros e relacionados 5%; Educação e Saúde Privadas 5%.
SE	5%	19%	47%	76%	Agropecuária Agricultura 73%; Pecuária 2%; P florestal, pesca e Aquicultura 0% / Indústria: Construção 32%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 11%, Extrativas 11%; Transformação 10% / Serviços: Estado 38%; Atividades Imobiliárias 13%; Comércio e reparação de veículos e motos 18%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 8%; Transporte, Armazenagem, Correios 5%; Educação e Saúde Privadas 7%.
SP	2%	19%	53%	61%	Agropecuária Agricultura 78%; Pecuária 18%; P florestal, pesca e Aquicultura 3% / Indústria: Construção 23%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 7%, Extrativas 2%; Transformação 67% / Serviços: Estado 13%; Atividades Imobiliárias 13%; Comércio e reparação de veículos e motos 18%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 14%; Atividades Financeiras, Seguros e relacionados 16%; Educação e Saúde Privadas 6%; Informação e Comunicação 7%; Alojamento e Alimentação 3%; Transporte, Armazenagem e Correio 6%.
TO	14%	15%	40%	65%	Agropecuária Agricultura 50%; Pecuária 46%; P florestal, pesca e Aquicultura 4% / Indústria: Construção 41%; Eletricidade e gás, água, esgoto; resíduos e descontaminação (setor público) 35%, Extrativas 3%; Transformação 25% / Serviços: Estado 41%; Atividades Imobiliárias 12%; Comércio e reparação de veículos e motos 24%; Atividades Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e complementares 5%; Atividades Financeiras, Seguros e relacionados 4%; Educação e Saúde Privadas 3%; Alojamento e Alimentação 3%; Transporte, Armazenagem e Correio 2%.